

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ**  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
 ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 MAIO/2009 A ABRIL/2010

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	19.660.976,43	
Pessoal Ativo	15.237.915,84	
Pessoal Inativo e Pensionistas	4.423.060,59	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	6.742.875,18	
Imposto de Renda (Resolução nº 16769-TCE)	3.035.472,66	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	1.209.298,98	
Decorrentes de Decisão Judicial	-	
Despesas de Exercícios Anteriores	428.490,76	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	2.069.612,78	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	12.918.101,25	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)		12.918.101,25

<u>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</u>	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	8.505.213.182,99
% do DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	0,1519
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 0,20%	17.010.426,37
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 0,19%	16.159.905,05

FONTE: SIAFEM - Sistema Integrado de Administração Financeira dos Estados e Municípios

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Alcides Gama das Neves  
Assessor da Procuradoria  
CRC-PA nº 2022

Cezar Barroso dos Santos  
Controle Interno

Josué Costa Corrêa  
Assessor Técnico-Contador  
CRC-PA nº 9.591/O-2

Maria Helena Borges Loureiro  
Procuradora Geral de Contas